

CONFLITOS, DIÁLOGOS E AUSÊNCIAS: uma abordagem do Movimento Olga Benário e suas interações com o Estado na trajetória da Casa Tina Martins

Anna Clara Mattos

Flávia Brasil

Maria Aline Dias

Ricardo Carneiro

Resumo

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins, criada e gerida pelo Movimento Olga Benário para acolher de mulheres vítimas de violência, foi inicialmente constituída a partir de uma ocupação em um imóvel público na área central de Belo Horizonte, em 2016, e atualmente tem sua sede em imóvel cedido pela Prefeitura. O artigo percorre a trajetória da Casa Tina Martins de sua criação até o momento atual, abordando sua organização e suas práticas de autogestão. Busca-se compreender, especificamente, a atuação do Movimento Olga Benário e suas interações com o Estado, nas disputas e diálogos envolvendo a Casa Tina Martins. Nesse sentido, é relevante observar a influência das ideias compartilhadas pelas mulheres envolvidas no processo sobre essa interação, além das necessidades e possibilidades de contato que a moldam. A análise apoiou-se em revisão bibliográfica da literatura sobre movimentos sociais e feminismo, bem como de trabalhos anteriores com o foco no Movimento e na Casa Tina Martins, articulada com pesquisa documental junto ao Movimento e em seu sítio, e metodologias de viés colaborativo, como entrevistas abertas com mulheres atuantes no movimento e nas atividades cotidianas da Casa Tina Martins, além de observação participante.

Palavras-chave: Movimento feminista, Repertórios de interação, Ocupação, Movimento Olga Benário, Casa Tina Martins.

Abstract

The Casa de Referência da Mulher Tina Martins, that was created and managed by the Olga Benário Movement to accommodate women victims of violence, was initially constituted from an occupation in a public property in the central area of Belo Horizonte, in 2016, and currently has its headquarters in a property provided by the City Hall. The article covers the trajectory of Casa Tina Martins from its creation to the present moment, approaching its organization and its practices of self-management. It seeks to understand, specifically, the performance of the Olga Benário Movement and its interactions with the State, in disputes and dialogues involving Casa Tina Martins. In this sense, it is relevant to observe the influence of the ideas shared by the women involved in the process on this interaction, in addition to the needs and possibilities of contact that shape it. The analysis was based on a bibliographical review of the literature on social movements and feminism, as well as previous works with a focus on the Movement and Casa Tina Martins, articulated with documentary research with the Movement and on its site, and methodologies of collaborative bias, as open interviews with active women in the movement and in the daily activities of Casa Tina Martins, in addition to participant observation.

Keywords: Feminist movement, Interaction repertoires, Occupation, Olga Benário Movement, Casa Tina Martins.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da Casa Tina Martins iniciou-se no dia 8 de maio de 2016, com a ocupação, por cerca de cem mulheres, de um imóvel então desocupado pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), localizado no baixo-centro de Belo Horizonte - área marcada pela violência recorrente contra mulheres. A ocupação foi organizada pelo Movimento Olga Benário com o apoio do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), constituindo a primeira ocupação de mulheres na América Latina.

Por meio de autogestão pelo Movimento Olga Benário e de trabalho voluntário, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, desde então, tem acolhido e orientado mulheres vítimas de violência. Adiante instala-se na região centro-sul da cidade, em um imóvel reconhecido pelo município como patrimônio cultural que, a partir de um processo de negociações, foi cedido pelo governo estadual por meio de comodato. A partir dessa experiência que se configura como uma referência pioneira, o Movimento Olga Benário organizou ocupações similares em outras cidades brasileiras.

O referido Movimento foi criado em 2011, a partir de uma delegação de mulheres brasileiras na 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, em Caracas, com representantes de oito estados. Surge, assim, já articulado nos contextos nacional e internacional, notadamente latinoamericano. Seu principal propósito é enunciado em sua cartilha: “organizar as mulheres trabalhadoras, das periferias, indígenas e jovens para lutarem pelos seus direitos e para acabar com o injusto sistema patriarcal/capitalista”. A cartilha postula a indissociação entre a luta de classes e a luta feminista, considerando que o modo pelo qual se expressam as desigualdades de gênero associa-se fortemente ao capitalismo. Nessa linha, a partir de seu lastro marxista, considera-se que “a verdadeira emancipação da mulher só será possível com a vitória da revolução socialista” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2021).

O artigo tem por lastro o campo de estudos feministas que aponta os desafios das mulheres, que se organizam em movimentos sociais, de superação da limitação ao espaço privado, para ocupar os espaços públicos de mobilização e decisão. A pluralidade de experiências de ser mulher cria múltiplas formas de resistência às violências de gênero, e delas emergem distintas pautas e leituras do mundo que se organizam nos movimentos sociais feministas (Rezende et al, 2021), os quais constituem “uma força poderosa, que desafia não só as relações desiguais de gênero, mas também toda a estrutura social” (Federici, 2019, p.239). Os movimentos feministas apresentam distintos modos de interpretar a realidade, de se organizar e de atuar, que se desdobram também em posturas distintas em relação ao Estado.

Nessa perspectiva, o trabalho também se ancora em estudos e abordagens relativos aos movimentos sociais, mobilizando especificamente a noção de repertório de ação, inicialmente formulada por Tilly (1978) e revisitada nas décadas subsequentes, referida às formas de ação dos movimentos sociais, inscritas em um contexto dado histórico-cultural. Como indicam Abers *et al.* (2014 p. 237), os repertórios de ação são reconfigurados pelas atrizes/atores sociais, que experimentam novas práticas, formas de organização, mobilização e expressão. Dentre as diversas formas de ação coletiva no contexto brasileiro pós-1988, colocam-se interações entre os movimentos sociais e Estado que remetem à a noção de repertórios de interação, cunhada pelas referidas autoras, que incluem além dos protestos e ação direta, a participação institucionalizada, as políticas de proximidade e a ocupação de cargos na burocracia.

Nessa direção, diversas autoras (Bezerra, 2014; Rezende *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2023) observam que os movimentos feministas têm recorrido estrategicamente aos diversos repertórios de interação em suas lutas, desde os repertórios contenciosos que demarcam seu caráter oposicional em relação ao Estado até repertórios mais colaborativos ou dialógicos, na linha da participação social, dos diálogos e das negociações.

A partir desses enquadramentos, o artigo percorre a trajetória da Casa Tina Martins, desde a ocupação inicial e sua criação à sua organização cotidiana e suas práticas de autogestão. Tem-se por objetivo compreender como se deu a atuação do Movimento Olga ao longo desse percurso e as suas interações com o Estado nas disputas e diálogos envolvendo a Casa Tina Martins. A análise empreendida desdobra-se em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima seção apresenta a metodologia adotada, seguindo-se duas seções dedicadas à discussão do referencial teórico, abordando, respectivamente, as temáticas de movimentos sociais e de movimentos feministas, e, por último, a seção que discute o Movimento Olga e a Casa Tina Martins.

2 METODOLOGIA

O artigo inscreve-se em um projeto de maior abrangência, que aborda movimentos sociais atuantes em Belo Horizonte, seus repertórios de ação coletiva e de interação com o Estado e a incidência de sua atuação nas políticas públicas.

Com o foco na Casa Tina Martins, o trabalho condensa uma pesquisa iniciada em 2023 e ainda em desenvolvimento que se volta para descrever seu funcionamento cotidiano, formas de organização e de gestão. Em especial, como posto, a partir de sua trajetória, desde a ocupação inicial da Casa Tina, tem-se por objetivo compreender como se deu seu

processo de criação e consolidação, mediante quais formas de ação coletiva e de interação do Movimento Olga Benário com o Estado.

Com uma enfoque qualitativo e cunho descritivo-exploratório, em relação aos materiais e métodos, o estudo apoia-se em fontes diversas de informações, buscando a triangulação dos dados. Partiu-se da revisão bibliográfica sobre movimentos sociais e repertórios de ação coletiva e efetuou-se uma revisão com o foco no Movimento Olga Benário e na Casa Tina Martins, a qual evidenciou a escassez de trabalhos sobre ambos. Foram realizados levantamentos documentais junto ao Movimento, que disponibilizou materiais e publicações. Também foram realizados levantamentos documentais no site do Movimento e na mídia, neste caso buscando matérias relativas à Casa Tina.

Mais além, o trabalho ancorou-se em metodologias de viés colaborativo e participativo, lastreadas pela interação entre os/as pesquisadores/as e as mulheres envolvidas no Movimento Olga e na Casa Tina, tendo em vista uma perspectiva de co-construção ou coprodução de conhecimento (Fasanello, et al, 2018; Magalhães et al, 2022). Uma das pesquisadoras é uma “benária” - forma como se denominam as integrantes dos Movimento -, e participante da organização da Casa Tina. Nesse sentido, para além de uma lógica participativa de investigação, a partir dessa inserção e atuação da referida pesquisadora no contexto investigado tem-se o viés de pesquisa engajada (Pozzebon, 2018).

Nessa linha, recorreu-se à observação direta e participante, a conversas informais e a entrevistas abertas com mulheres atuantes no Movimento e envolvidas nas atividades cotidianas da Casa Tina e entrevistas semiestruturadas com coordenadoras do Movimento nos âmbitos estadual e nacional e com uma das fundadoras da Casa Tina.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS, AÇÃO COLETIVA E INTERAÇÃO COM O ESTADO

O movimento feminista insere-se em uma perspectiva analítica mais ampla sobre movimentos sociais - termo que passou a designar as mobilizações coletivas que ressurgiram na década de 1960, de forma concatenada e solidária, principalmente relacionados às pautas raciais, ambientais, de gênero e pelo pacifismo (ALONSO, 2009).

Diani e Bison (2010, p. 243) argumentam que há movimento social quando “vínculos de longo prazo e identidades compartilhadas se traduzem em redes sustentadas entre atores independentes [...] na busca de determinados objetivos”, sendo ligados à expressão pública de um conflito social. Nesse sentido, compreender os movimentos sociais e suas formas de mobilização é um meio para analisar a atuação de movimentos feministas, de modo que a literatura de movimentos sociais complementa a interpretação feminista.

Tilly (1978), representante da teoria norte-americana do processo político, buscou mostrar como ocorrem os processos de mobilização, em expressões de reivindicação de grupos sociais de acordo com a estrutura de oportunidades políticas, observando a coordenação para a formação de atores coletivos, que depende da solidariedade entre os membros do grupo. A ação, por sua vez, fundamentada nessa base de solidariedade e coordenação, depende também de recursos formais e informais disponíveis para a mobilização.

De forma complementar, a teoria dos novos movimentos sociais enquadra os novos sujeitos orientados não apenas para reivindicações em relação ao Estado, mas também para transformações culturais na sociedade, destacando-se a identidade como dimensão fundamental para esses grupos. Gohn (1997) explica que esses novos movimentos sociais surgiram entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, organizando-se ao redor de questões de gênero, etnia e cultura. Este é o caso dos movimentos feministas, que objetivam não apenas mudanças políticas, mas culturais e sociais, no sentido de combater as desigualdades de gênero em todas as suas dimensões, configurando as relações sociais.

A ação coletiva dos movimentos configura-se a partir de um repertório limitado, de acordo com as premissas de Tilly (1978), representando o conjunto de formas de ação disponível para o movimento social naquele contexto histórico-cultural (ALONSO, 2012). O repertório de ação coletiva, apesar de se ancorar nas experiências passadas dos atores, altera-se ao longo do tempo, sendo adicionadas novas formas bem sucedidas de ação e excluídas as menos eficientes. De acordo com Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 327), os atores experimentam e combinam “diferentes práticas em novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar demandas”, renovando seu repertório de ação coletiva. A escolha das formas de ação depende dos recursos disponíveis e do conhecimento adquirido e compartilhado pelo grupo, além da natureza do problema e do conflito em questão, considerando a legitimidade e o reconhecimento das práticas adotadas, que permitem a sua reprodução pelo movimento. Tilly (1978) desenvolve ainda o conceito de repertório de conflito, argumentando que o repertório é peculiar a determinada estrutura de conflito, ou seja, à interação entre o conjunto de atores (ALONSO, 2012). Dessa forma, o autor reconhece que o repertório de ação, quando é colocado em prática, em seu uso, varia de acordo com as interações que ocorrem entre os atores envolvidos, podendo, por exemplo, antagonistas utilizarem formas de ação diferentes ou a mesma forma de ação com objetivos antagônicos.

A noção de repertório de ação coletiva apresentada limita-se à compreensão da relação conflituosa entre Estado e movimentos sociais, de modo que uma categoria

complementar é necessária no caso brasileiro: a de repertórios de interação Estado-sociedade (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). As autoras argumentam que o caso brasileiro desafia a concepção de relações exclusivamente contenciosas, devido à “contínua atuação dos movimentos no interior do Estado e a partir da forte interação com agentes públicos, sobretudo em cenários nos quais se identifica compartilhamento de projetos políticos” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331), colaborando, formando alianças e atuando de dentro do aparato estatal. Os repertórios de interação Estado-sociedade, portanto, representam as rotinas conhecidas pelos movimentos sociais para interagir com o Estado, seja em caráter conflituoso ou de colaboração.

No âmbito dos repertórios de interação, há quatro principais rotinas descritas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014): protestos e ação direta; participação institucionalizada; política de proximidade; ocupação de cargos na burocracia. Os protestos e a ação direta representam uma forma de expressar demandas e pressionar o governo, demonstrando a capacidade de mobilização dos movimentos. Inscrevem-se nesta categoria as marchas, a ocupação de espaços públicos e outras formas de demonstrar poder por meio da quantidade de pessoas mobilizadas. As autoras identificam que essa rotina pode ser tanto direcionada à abertura ou reabertura de negociações com o governo, quanto realizada como parte do ciclo de negociação. A participação institucionalizada, por sua vez, ocorre por meio de arenas participativas formais, ou seja, canais de diálogos oficiais, com regras preestabelecidas e, em geral, com participação indireta, em que o papel central de criar e conduzir o processo é do Estado. Por outro lado, a política de proximidade possui um caráter mais informal, caracterizada por contatos pessoais entre atores do Estado e da sociedade civil, obtidos tanto por meio de um interlocutor conhecido e laços pessoais quanto pelo status e o prestígio do movimento. A ocupação de cargos na burocracia é uma forma de buscar os objetivos do movimento de forma direta por meio do aparato estatal, fortalecida quando há maior proximidade entre o governo e os movimentos sociais. Ademais, esta rotina reforça as anteriores, na medida em que fortalece as possibilidades de contato e de colaboração, por meio das relações pessoais com os membros do movimento social e negociações informais, por exemplo. Com isso, percebe-se a complexidade da relação Estado-movimento social na história recente do país, em que o conflito deixou de ser a única forma de interação, e a colaboração e o diálogo ganharam espaço.

4 MOVIMENTOS FEMINISTAS E SUAS SINGULARIDADES

A particularidade ao tratar do movimento feminista revela-se na complexidade das ideias e dos modos de organização resultantes da pluralidade de experiências de ser

mulher, marcadas por fatores raciais, econômicos, culturais, sociais e de localidade, que se reflete em múltiplas formas de resistência às violências de gênero, acompanhadas por distintas pautas e leituras de mundo. Contra a dominação masculina, a luta das mulheres se organizou e se organiza, portanto, de diferentes formas, reivindicando a libertação das mulheres sob recortes e visões diversas e a implicação comum da “conscientização das mulheres como um grupo ou coletivo humano acerca da opressão, dominação e exploração das mulheres” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2021, p. 9).

Em uma perspectiva feminista, é necessário pensar o gênero como um fator marcante das relações que se estabelecem no contexto do movimento social. O próprio posicionamento político da mulher, seu envolvimento em assuntos de interesse público, caracteriza uma transgressão ao patriarcalismo, confrontando a perspectiva conservadora de que as mulheres devem se limitar aos assuntos da esfera doméstica. Nesse sentido, o feminismo oferece uma perspectiva da sociedade através das lentes das relações de gênero, de modo que, muito mais que o desafio às desigualdades de gênero, os movimentos sociais feministas questionam toda a estrutura social constituída sobre bases patriarcais (FEDERICI, 2019), além das questões raciais e de classe e das demais formas de opressão que afetam diferentes grupos de mulheres.

Direcionando a atenção à linha do feminismo marxista - relevante para a análise por orientar o movimento em questão - tem-se uma distinção clara em relação ao chamado feminismo liberal. O debate sobre as desigualdades de gênero, na perspectiva marxista, aparece em conjunto com a questão da luta de classes, buscando abarcar a experiência da maioria das mulheres. Inserida no momento histórico em que surgia o movimento de mulheres trabalhadoras e em que eram evidenciadas as divergências entre as duas linhas feministas que se desenvolviam, no início do século XX, Kollontai (1921, p. 167) argumenta que “a ‘questão das mulheres’ não existe de maneira independente”. O próprio surgimento do movimento de mulheres, de acordo com a autora, resultou da contradição entre a inserção feminina nas atividades produtivas e sua permanência na condição de ausência de direitos. Essa perspectiva socialista busca incluir as reivindicações da maioria das mulheres, propondo uma transformação total da dinâmica social, de forma distinta ao feminismo liberal, que se limitava à reivindicação da ampliação às mulheres dos “direitos naturais”, como a igualdade formal e jurídica, conquistados pelos homens (KOLLONTAI, 1921; MONTENEGRO, 1981).

No Brasil, a trajetória dos movimentos de mulheres deve ser analisada considerando que, muitas vezes, a luta de mulheres negras, indígenas e trabalhadoras é invisibilizada, e ganham destaque como protagonistas as mulheres brancas. Álvarez (2014) entende o

feminismo brasileiro em três momentos, sendo o primeiro de centramento (décadas de 1970 a 1980), seguido pelo momento de pluralização (final da década de 1980 à de 1990) e, por fim, o momento de *sidestreaming* ou fluxos horizontais (a partir do final da década de 1990).

O centramento do feminismo brasileiro, correspondente à segunda onda, foi marcado pela organização autônoma das mulheres, muitas delas ligadas à resistência à ditadura. Além disso, deve-se considerar que havia mulheres engajadas em outros movimentos sociais, organizações e partidos políticos, também orientadas sob ideias de emancipação feminina. O segundo momento foi marcado pelo descentramento do feminismo, em que o debate sobre gênero passou a ser *mainstreamed* ou de fluxos verticais, circulando em partidos políticos, nas universidades, nos governos e até mesmo na ONU, incluindo novos atores e novas pautas. O último momento é caracterizado, de acordo com Álvarez (2014), pelos discursos e práticas de feminismos plurais, com destaque para novas pautas, como a sexualidade e a identidade de gênero, e para novas estratégias, como a participação no Estado. Destaca-se também a centralidade do combate ao neoliberalismo em escala internacional como questão central para os movimentos deste período. É nesse momento que se inscreve o Movimento de Mulheres Olga Benário (MATTOS *et al.* 2023), de modo que já surge articulado ao contexto internacional.

Nessa linha, a preocupação com a emancipação da mulher de forma indissociada das demais formas de opressão marcantes da sociedade capitalista é característica de temáticas centrais para o movimento estudado, como gênero, raça, violência e direito à cidade, de modo que essas relações são fundamentais para compreender a história e a organização da Casa Tina Martins. Debatendo a experiência da Casa Tina Martins, esta ocupação, Alves *et al.* (2020) elaboram, por meio de uma leitura crítica do direito à cidade sob a perspectiva de gênero, a ideia de espacialização da mentalidade sexista. O direito à cidade é definido pelos a partir de Lefebvre, como

aquele que passa por fora das instituições, sem relação direta com o caráter jurídico-legal, configurando-se como uma forma superior de direitos: direito à fala, à política, à transformação social, à vida urbana, aos locais de encontro e trocas, aos ritmos de vida e empregos, à liberdade, à individualização na socialização, à participação. [...] Exercitar o direito à cidade, portanto, requer assumir o conflito como componente do processo de urbanização para questionar políticas públicas hegemônicas a favor de uma classe, uma raça e um gênero específicos, que resultam em um desenvolvimento urbano desigual (ALVES *et al.* 2020, p. 3-4).

A desigualdade de gênero também se manifesta no ambiente urbano na medida em que ele é construído majoritariamente por homens e, dessa forma, além de limitar a autonomia das mulheres, reforça a divisão entre os papéis dos homens e das mulheres na

sociedade e a hierarquia entre os dois, em que as atividades consideradas femininas são desvalorizadas (ALVES *et al.* 2020). Assim, a espacialização da mentalidade sexista se manifesta por meio do controle e da opressão à autonomia das mulheres:

No contexto em que o controle dos corpos tem sido uma prerrogativa dos planejamentos urbanos, a pouca presença feminina nos processos de decisão sobre a cidade gera espacialidades que permanecem oprimindo as mulheres. Barreiras físicas e culturais discriminam tanto pelo sexo quanto pela raça, pela renda e pelo estado civil, limitando o acesso das mulheres aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes coletivos, aos financiamentos imobiliários e aos empregos (ALVES *et al.* 2020, p. 6).

Em síntese, entende-se a Casa Tina Martins, desde a ocupação inicial na área central da cidade, sob a perspectiva feminista apresentada, considerando a pluralidade de perspectivas marcantes dos movimentos de mulheres e a interação do debate com pautas raciais e de classe, necessárias para abarcar a complexidade de um grupo que representa mais da metade da população.

5 A CASA TINA MARTINS

Como já posto na discussão introdutória, o Movimento de Mulheres Olga Benário emerge em março de 2011 no contexto da 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base realizada em Caracas, Venezuela. A partir desse encontro realizou-se o 1º Encontro Nacional do Movimento Olga Benário, em maio de 2014, no qual foi eleita sua primeira coordenação nacional, marcando a sua afirmação como um movimento social, nos termos de Diani e Bison (2010, p. 243).

O movimento organiza-se em torno de uma perspectiva do feminismo marxista, tendo como cerne o embate classista presente nas estruturas patriarcais do sistema capitalista. Assim, sua forma de atuação constrói-se a partir da seguinte premissa:

"Lutamos pelo fim do capitalismo e toda sua estrutura, que se opõe e domina a classe trabalhadora, assim como, lutamos pelo fim do patriarcado(...). Não temos dúvidas: o capitalismo se beneficia do patriarcado, como também do racismo, para tirar o máximo da mais-valia da força de trabalho das mulheres." (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2021)

Tem-se, pois, a contestação da desigualdade das divisões do trabalho a partir da problematização da dupla jornada de trabalho, da disparidade salarial e da sexualização da figura feminina nos espaços em que participa como frutos diretos do sistema capitalista. Dessa forma, mesmo diante de uma maior emancipação e participação feminina na esfera econômica, seu cotidiano ainda é permeado por relações de exploração demarcadas pela performance de feminilidade advindas da cultura patriarcal do trabalho doméstico.

Sob esse viés de constante exposição das mulheres à violência de gênero que, conforme a perspectiva do Movimento de Mulheres Olga Benário é estruturada pelo capitalismo, as bases de atuação do Estado contra as agressões a que as mulheres são submetidas são problematizadas, destacando-se a omissão estatal acerca da formulação de políticas preventivas e de acolhimento para lidar com a questão. É sob essa movimentação e enquadramento interpretativo que se constrói a Casa de Referência da Mulher Tina Martins.

Como indicado, a Casa Tina decorre de mobilização no dia 8 de março de 2016, durante a gestão municipal do prefeito Márcio Lacerda (Partido Socialista Brasileiro) e gestão estadual do governador Fernando Pimentel (Partido dos Trabalhadores). O Movimento ocupou o antigo refeitório do prédio da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, localizado no baixo-centro da capital mineira, em formato de denúncia à negligência estatal em aprimorar a formulação de políticas públicas diante do crescimento da violência de gênero então vivenciada. Aproximadamente um mês depois, a Casa recebeu sua primeira ordem de despejo e reintegração de posse, à qual se seguiu a negociação do Movimento com o poder público para garantir a legalização da sua estrutura no aparato de combate a violência no âmbito estadual. Como fruto da negociação, no dia 3 de junho de 2016, a Casa conquistou um imóvel cedido pela então Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac) - adiante extinta - , na região centro-sul da cidade.¹

Direcionando o olhar para a Casa Tina, a Casa realiza um abrigamento "porta-aberta", ou seja, ela não se configura dentro da rede de casas-abrigo que são sigilosas, promovendo um abrigamento transitório que dura em média de dois a três meses de acolhimento. Dentro dessa política de acolhimento, a Casa busca viabilizar com as abrigadas a construção da superação do ciclo vicioso de violência no qual a mulher foi submetida, escapando do simples abrigamento da mulher em situação de risco. Busca-se orientá-la, por meio dos serviços psicológicos e sócio assistenciais, que são prestados voluntariamente por profissionais da área, para conquistar sua autonomia. Assim, ao sair da Casa, espera-se que a ex-abrigada consiga ser minimamente capaz de reconhecer as diversas esferas violentas que a circundam e impedir que elas retornem ao antigo ciclo ou que naturalizem, novamente, a violência em um novo ciclo.

¹ Trata-se de uma casa, protegida no âmbito do patrimônio cultural do município, situada à na Rua Paraíba, 641. Em 2016, o imóvel foi transferido pela Fapemig - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - para a Sedpac, que o cedeu via comodato para a Casa Tina. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/planejamento/documentos/seplag/mesa-de-dialogo/ata_461_da_reunia_o_do_dia_17-05-2016_0.pdf

O corpo técnico da Casa é voluntário e dividido em comissões, sendo elas de comunicação, de arrecadação (visto que a Casa é auto sustentada), de eventos, de organização e de equipes técnicas (responsável pelo abrigo e organização das equipes de atendimento psicológico, jurídico e socioassistencial). Além disso, os cuidados da Casa são organizados em escalas diurnas e noturnas, contando com a presença de militantes do movimento 24h por dia.

É importante destacar que, para poder participar das escalas na Casa Tina Martins, a militante deve ter afinidade político/ideológica com o Movimento Olga e não necessariamente precisa ser filiada à Unidade Popular (UP)². Diante disso, nos primeiros dias de escala, a recém benária é orientada por veteranas da Casa sobre a distribuição e o compartilhamento de tarefas (lavar, cozinhar, limpar...) com as abrigadas, dispostas em um quadro de horários previamente estabelecido. É interessante destacar que a interação entre as obrigações das abrigadas e das benárias durante as escalas refletem na disposição geográfica dos espaços na casa, sendo que há tarefas (principalmente financeiras e administrativas) que são exercidas, exclusivamente, pelas militantes em seus espaços de execução (a administração, por exemplo), não podendo ser acessado livremente pelas abrigadas. Além disso, é construída uma orientação ideológica sobre a atuação das integrantes das escalas da Casa por meio da Formação Interna Continuada (FIC), sendo apresentado as frentes de atuação da Casa que vão desde a formação política (envolvendo a participação das benárias com a sociedade e o movimento de mulheres em debates, audiências públicas, oficinas e dentre outros) construída pela atuantes do movimento até a metodologia de abrigo e atendimento (psicológico, jurídico e assistencial).

Nesse contexto, cabe abordar a forma como é pensada e operacionalizada a relação do Movimento e da Casa com o Estado, visto que este constitui, ao mesmo tempo, um agente propagador das estruturas patriarcais e, também, um agente no processo de combate à violência de gênero.

No arcabouço formativo do Movimento e da Casa, a relação com o Estado na Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher é constantemente problematizada, observando que a Casa faz parte desta rede. As dificuldades advindas da dicotomia ideológica no contexto da interação entre um movimento socialista e um Estado burguês é constantemente vivenciada no cotidiano de atuação das militantes, e é durante essa formação em que se elaboram estratégias organizativas, a fim de viabilizar o diálogo

² Partido político regido pelo viés socialista em que o Movimento de Mulheres Olga Benário participa na construção de seus trabalhos políticos. Muitas vezes, algumas militantes se inserem na construção do Movimento Olga sem se filiar ao partido e com o decorrer do tempo acabam caminhando para a filiação.

necessário com o Estado para garantir a sustentação das atividades da Casa. É sob a motivação da importância da Casa em cumprir um papel que caberia às instituições estatais e da problematização do déficit governamental na elaboração de políticas públicas voltadas para o combate da violência de gênero que se sustenta a estratégia da Casa em manter um vínculo dialógico com o Estado. O simples fato de a Casa ser auto sustentada pelas vendas feitas na Feira da Tina (organizada mensalmente), no bazar de roupas e na serigrafia demonstra a negligência dos aparatos do poder³ em incrementar e sustentar a sua estrutura na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Uma das entrevistadas relata essa contradição como necessária para o trabalho realizado pelo Movimento e, ainda, aponta que a atuação não decorre de um anseio por fazer parte do Estado, na medida em que a luta do Olga Benário é contra o Estado e pela construção de um Estado socialista. Nas palavras da entrevistada, ela vê a possibilidade de “aproveitar esse espaço onde as mulheres chegam até a gente, cada vez mais trabalhar para que elas tenham uma formação e que saiam de lá com um pouco mais de consciência de que nós precisamos construir um Estado diferente”.

Todavia, é durante as políticas de abrigamento que se vê a motivação citada para o Movimento insistir no contato com as entidades estaduais. O abrigamento é feito de duas maneiras: por demanda espontânea ou pelo encaminhamento da Rede. O primeiro é quando a mulher busca o atendimento da Casa, seja por solicitação telefônica ou presencial. O segundo é quando algum órgão membro da Rede de Atendimento⁴ busca os serviços de acolhimento da Casa. Em ambas as situações, assim que o abrigamento é solicitado pela mulher, a comissão de abrigamento é acionada pela militante que cumpre escala naquele momento. Essa comissão avalia, conforme a especificidade do contexto de violência da mulher, se a Casa possui condições de acolhê-la. Na primeira solicitação, caso a Casa não consiga amparar a solicitante (por exemplo, casos que exigem que a mulher seja abrigada em uma casa sigilosa devido ao grau de urgência da demanda) é acionada a rede de acolhimento municipal composta pela Casa Sempre-Viva e pela Bem-vinda. No segundo, a interação entre o Estado e a Casa ocorre a partir da solicitação dos serviços pelo Estado. Ou seja, apesar de questionamentos de instituições públicas em relação à eficiência do

³ A casa havia conquistado o repasse de verbas em emendas presentes no PPAG (Plano Plurianual de Ação Governamental) em 2016 e 2017, todavia essas verbas nunca foram repassadas.

Disponível em:

<<https://www.brasildefatomag.com.br/2018/08/23/em-bh-casa-tina-martins-denuncia-problemas-financeiros>>

⁴ Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, casas abrigo, núcleos de atendimento à mulher em situação de violência, casas de acolhimento provisório, delegacias especializadas de atendimento à mulher, núcleos da mulher nas defensorias públicas, promotorias especializadas, Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Central de Atendimento à Mulher, serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado tráfico de pessoas e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

trabalho voluntário ali desenvolvido, como indicado no trabalho de Oliveira (2019), o Estado recorre aos seus serviços, já que ela é uma das poucas casas de acolhimento à mulher vítima de violência em Minas Gerais. Durante a operacionalização do atendimento do abrigo, como já feito por uma das autoras deste artigo, há situações em que ocorre uma pressão por parte dos órgãos de segurança pública para que a Casa acolha imediatamente a mulher, desrespeitando os critérios de organização da comissão de abrigo. É importante salientar a contradição da postura estatal nesse sentido, uma vez que grande parte da morosidade no encaminhamento do processo de acolhimento da vítima parte da veia negligente das instituições públicas em mobilizar suas estruturas para o melhoramento das políticas públicas de combate a violência de gênero. Dessa forma, durante o acompanhamento das abrigadas feito pela Casa, o Estado é constantemente problematizado pelas militantes devido sua ausência na responsabilização pelas vidas dessas mulheres. Nesse sentido, ele passa a ser entendido, também, como um dos atores que reforçam a violência contra as mulheres, dado que grande parte das abrigadas relata ter sido ignorada ao recorrer aos órgãos de justiça, solicitar medidas protetivas e fazer denúncias contra os homens que as ameaçaram.

Além do necessário contato com o Estado durante o processo de abrigo, a contradição nessa relação esteve presente desde a ocupação inicial até seu estabelecimento como uma casa de referência. Enquanto a ocupação se iniciou como uma ação direta em contestação ao Estado, denunciando a falta de políticas de combate à violência contra a mulher, o diálogo com o Estado e a cooperação foram mobilizados na interação para que fosse possível realizar a ideia proposta pelo Movimento. Nesse sentido, as entrevistadas relataram a percepção de que a interação com o Estado ocorre em linhas distintas: a ação direta, contra o Estado; o diálogo com o Estado, para a manutenção das atividades da Casa; e a atuação em uma lacuna deixada pelo Estado. Duas entrevistadas citaram, ainda, a ideia de Souza (2010) das possibilidades de práticas de movimentos sociais urbanos com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado, sintetizando essa interação marcada por contradições.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um balanço da trajetória da Casa Tina, o repertório de ação e de interação do movimento é demarcado por ações contra o Estado, com o Estado e apesar do Estado. A postura contrária ao Estado é demarcada pela veia política e ideológica marxista do Movimento, colocando em xeque as estruturas burguesas que permeiam o aparato estatal e propondo a derrocada revolucionária desse modelo com a implantação de um regime

socialista. O Movimento entende que a emancipação feminina é inviável em um regime capitalista, visto que esse modo de produção sustenta o patriarcalismo enraizado na sociedade através da exploração da mulher nos espaços em que ocupa. O Movimento mobiliza, para isso, repertórios de ação direta e protestos na interação com o Estado, exemplificados pelo próprio momento inicial da ocupação, como uma ação direta de questionamento à postura do Estado em relação à situação de violência contra a mulher.

Já a atuação com o Estado é percebida na própria cessão do imóvel sede da Casa Tina pelo governo estadual, bem como na sua participação na estruturação da Rede Estadual de Proteção à Mulher por meio de espaços de diálogo com entidades de segurança pública e de desenvolvimento social, recorrendo ao repertório de participação institucionalizada. Apesar das dificuldades relatadas nesse processo e da falta de assistência do Estado em questões como o financiamento das atividades da Casa Tina, fica evidente que a colaboração com as entidades estatais é fundamental para viabilizar a continuidade dos abrigamentos, além do papel que exerceu no momento de criação da Casa.

Por fim, o “apesar do Estado” desdobra-se no trabalho desenvolvido pela Casa, preenchendo lacunas e omissões nas políticas de prevenção e combate a violência contra a mulher. A existência da Casa Tina denuncia a ineficiência da política de abrigo de mulheres vítimas de violência exigida pelo art. 35, II da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e a negligência do estado em cumprir as exigências do programa "Mulher Vivendo Sem Violência" lançado em 2013 que inclui a implantação da "Casa da Mulher Brasileira" no estado de Minas Gerais. Não havendo o cumprimento desses requisitos dispostos na lei, a Casa Tina se destaca por ser uma das doze casas-abrigos (MARINHO *et al.* 2021) dispersas entre os 853 municípios do território mineiro, comprovando a importância do seu papel na atuação para além do Estado.

Em síntese, as interações do Movimento com o Estado nas questões voltadas à atividade da Casa Tina Martins possibilitam a continuidade dos abrigamentos realizados, enquanto o posicionamento político do Movimento é voltado à superação do Estado, em direção ao socialismo, de modo que se estabelecem as contradições relatadas pelas participantes do movimento.

Por fim, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins é um dos maiores exemplos da conquista dos movimentos feministas no Brasil e na América Latina. Por ser reconhecida pelo Estado como parte da Rede Estadual de Proteção à Mulher é uma experiência singular do Movimento de Mulheres Olga Bénario, constituindo inspiração para as outras ocupações de mulheres realizadas em outros estados do Brasil, como relata uma das participantes

entrevistadas: “a Tina Martins tem sido esse ensinamento para a gente. Não tem nenhuma ocupação que não vai se basear na experiência que a Tina teve dessa construção”. A influência do trabalho exemplar da casa ultrapassa as fronteiras brasileiras, constituindo uma referência importante para outros movimentos de mulheres disseminados pela América Latina⁵.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, pp.325-357, 2014.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, p. 13-56, 2014

ALVES, A.P. et al. Corpos femininos na luta por igualdade de gênero e pelo direito à cidade: a experiência da Casa de Referência da Mulher Tina Martins em Belo Horizonte/MG-Brasil. **Anuário de Antropologia Iberoamericana**, nov. 2020.

BEZERRA, C.P. Movimento femista brasileiro: repertórios e estratégias de ação. **Feminismos**, v.2, n.1, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Brasília, 2006.

BISON, I; DIANI, M. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, 2010, p. 219-250.

FASANELLO, M. T. et al. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Revista Eletrônica de Comunicação**, Informação e Inovação em Saúde, v. 12, n. 4), p. 396-414, 2018.

FEDERICI, S. **O ponto zero a revolução**: trabalho doméstico, revolução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

KOLLONTAI, A. Conferências sobre a libertação das mulheres abr.-jun. 1921. *In*: **____A revolução socialista e as mulheres**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

LOSEKANN, C. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. **Dados**, v.56, n.2, p.311-349, 2013.

⁵ Nessa linha, o trabalho da Casa Tina foi discutido e enaltecido durante o 3º Encontro de Mulheres da América Latina e Caribe sediado em Brasília, na Universidade de Brasília (UnB), em julho de 2023.

MAGALHÃES, T.; ANDION, m.C.; MANOEL, A. A. . Collaborative research, public inquiry, and democratic experimentalism: Contributions and how to apply pragmatism to social innovation studies. **Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research**, v. 13, n. 1, p-71-91, 2022.

MARINHO, K. Diagnóstico dos abrigos para mulheres em situação de violência e risco de morte em Minas Gerais: modos de funcionamento e principais características. Ago. 2021.

MATTOS, A.C; BRASIL, F.P.D; DIAS, M.A. CARNEIRO, R. Perspectivas, ações coletivas e interações de movimentos feministas com o Estado. **Anais do XII ENAPEGS**, 2023.

MC ADAM, D; MC CARTHY, J D.; ZALD, M. N. Opportunities, mobilizing structures and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University, [1996] 1999. p.1-40.

MONTENEGRO, A. Ser ou não ser feminista e outras obras selecionadas. Rio de Janeiro: **Fundação Dinarco Reis**, 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário. Brasil, 2021.

OLIVEIRA, T. **A Experiência Política das Mulheres da Casa Tina Martins**. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019

POZZEBON, M. From aseptic distance to passionate engagement: reflections about the place and value of participatory inquiry. **RAUSP Management Journal**, v. 53, n.), p. 280-284, 2018. doi: 10.1016/j.rauspm.2018.02.002

REZENDE; P. L. A.; SOUZA, L.G.; BRASIL, F.D. Minas Gerais no contexto contemporâneo do feminismo brasileiro. **Caderno Espaço Feminino**, v. 34, n. 2, jul./dez. 2021.

SILVA M.C.; BRONZO, C.; BRASIL, F.P.D. O movimento feminista negro de Belo Horizonte e seus repertórios de ação coletiva. **Espacios Públicos**, v. 24, n.60 , 2023.

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, 2010.

TATAGIBA, L, PATERNIANI , S. Z., & TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 399-42, 2012.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House, 1978.